



T-LIGA

Boletim informativo do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no RS - nº 364 - junho de 2014

UMA VITÓRIA COM A MARCA DA MOBILIZAÇÃO

Greve impede aprovação da pec 59/13 e aponta o caminho para enfrentar Dilma e conquistar reposição



GREVE HISTÓRICA
NO RS É REFERÊNCIA
NACIONAL

PÁG 6

A LUTA PELA
REPOSIÇÃO NÃO
PODE PARAR

PÁG 7

A greve que virou o jogo da PEC e alicerçou a reposição salarial

Nossa greve começou com um placar desfavorável. As ameaças eram contundentes e os adversários, poderosos. Enfrentávamos uma PEC aprovada com esmagadora maioria na Câmara, com apoio do governo, e que já parecia aprovada no Senado. E a reposição salarial parecia um sonho distante.

O Rio Grande do Sul foi protagonista durante todo o processo, com uma greve iniciada em 15/5 que não parou de avançar. As assembleias, sempre lotadas, mostraram a união

pliaram a mobilização.

A greve teve seu ponto culminante nos atos de rua, com participação de diversos colegas que, mesmo não aderindo à greve, apoiavam o movimento e sentiam-se parte dele. Em caminhadas com centenas de pessoas, os servidores apresentaram suas pautas à população e mostraram a disposição de pressionar o governo a, efetivamente, negociar.

Joana Darc de Melo / Fenajufe



Servidores comemoram aprovação da nota contra a PEC 59 no CNJ

Divulgação



Caravana conversa com o relator do PL 6.613/09, deputado João Dado

da categoria na luta por seus direitos. A construção coletiva da greve trouxe mais colegas ao movimento. As passagens dos grevistas pelos setores de trabalho, tanto na capital quanto no interior – foram mais de 40 cidades em greve –, convenceram muitos da necessidade da mobilização, fazendo com que se somassem à luta. Colegas com muitos anos de carreira, que jamais haviam participado das greves, e mesmo locais de trabalho sem tradição de adesão, marcaram presença e am-

O governo queria aprovar a PEC 59/13 antes da Copa do Mundo, mas a Copa começou e não apenas barramos a tramitação no Senado, como arrancamos do CNJ uma nota técnica pela rejeição da matéria. O relator, senador Valdir Raupp (PMDB-RO), antes favorável à PEC 59/13, disse que, com a nota do CNJ, poderia apresentar um parecer pela rejeição da proposta. Senadores que não falavam sobre a PEC agora manifestam compromisso com a pauta da categoria.

Também fora do Congresso a greve foi efetiva. A categoria conquistou o apoio formal de todos os tribunais regionais às reivindicações. Além disso, ofícios foram enviados aos senadores por todos os desembargadores do TRT contra a PEC. Com a pressão dos servidores, o STF foi forçado a negociar e apresentou um substitutivo ao PL 6.613/09.

Viramos o jogo no CNJ, que em 2009 havia se posicionado a favor da PEC, e tam-

bém no Senado. Além disso, já consta no orçamento do Judiciário para 2015 a previsão da reposição salarial – pela qual ainda precisaremos lutar, para que o governo respeite a autonomia entre os Poderes. Valeu a pena lutar: a greve provou que só com mobilização é possível conquistar e virou o jogo a nosso favor. Apenas mobilizados, retomando a greve em agosto, poderemos barrar, definitivamente, o desmanche da carreira e garantir a tão aguardada valorização salarial para todos.

Leandro Dóro / Especial



Uma das assembleias gerais lotadas durante a greve

BOLETIM MENSAL DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO FEDERAL NO RS • FILIADO À CUT E À FENAJUFE

COORDENADOR DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO: Ruy Almeida - EDIÇÃO e DIAGRAMAÇÃO: Rosane Vargas - REDAÇÃO: Alexandre Haubrich e Rosane Vargas - PROJETO GRÁFICO, ILUSTRAÇÃO e TRATAMENTO DE IMAGENS: Leandro Dóro - APOIO: Daniel Borges
IMPRESSÃO: Algo Mais Gráfica e Editora - Tiragem: 6.000 exemplares - Sintrajufe RS: Rua Marcílio Dias, 660 - Menino Deus - Porto Alegre/RS
CEP 90130-000 Fone/Fax: 51 3235-1977 E-mail: imprensa@sintrajufe.org.br • site: www.sintrajufe.org.br • www.facebook.com/sintrajufers

Sintrajufe/RS já iniciou a negociação dos dias parados com as administrações

Assembleia aprova encerramento da greve no RS, com indicativo de retomada em 5/8

No dia 16/6, no auditório das varas trabalhistas, a categoria aprovou o encerramento da greve no Rio Grande do Sul, com manutenção do estado de greve e indicativo de retomada do movimento em 5/8. O entendimento dos colegas foi de que o movimento conquistou vitórias importantes. Garantimos avanços quanto à reposição salarial e revertemos o prognóstico de aprovação da PEC 59/13, em especial com a aprovação da nota técnica pela inconstitucionalidade da PEC, naquele dia, no CNJ. Desde as 8h, os servidores reuniram-se em vigília, no prédio das varas trabalhistas, para acompanhar a sessão do CNJ que apreciaria a PEC 59/13.

Os colegas avaliaram, ainda, que, mesmo com as conquistas obtidas, a mobilização da categoria pode avançar

ainda mais. No entanto, neste momento em que o Congresso entra em recesso, sem perspectivas de novos avanços em curto prazo, é hora de a categoria reunir forças para uma forte retomada no mês de agosto,

Leandro Dóro / Especial



Colegas votaram indicativo de retomada da greve em agosto

quando será possível o enfrentamento da PEC no Senado e a pressão nos parlamentares e no governo Dilma para garantia da reposição salarial.

Esse foi, também, o entendimento do Comando Nacio-

nal de Greve, que, no mesmo dia, orientou a suspensão do movimento nos estados, com o indicativo de retomada em agosto. Essa indicação foi seguida por todos os estados que fizeram a greve. A assem-

bleia geral estadual aprovou um calendário de mobilização durante o período (veja na página 7).

Compensação na JT

A assembleia aprovou a

proposta de acordo de greve da Justiça do Trabalho, com foco na reposição do trabalho no prazo de 30 dias, com no máximo uma hora e meia a mais de trabalho por dia, de segunda a sexta-feira, limite esse que será proporcional aos dias de adesão à greve.

Na negociação, o sindicato garantiu uma cláusula explicitando que está proibida qualquer punição derivada da participação dos servidores na greve, incluindo perda de FC ou prejuízos na avaliação de desempenho por conta de adesão ao movimento paradedista.

No dia 20/6, o Comando Estadual de Greve e a Comissão de Negociação do TRT assinaram o termo de compromisso nos moldes aprovados em assembleia (confira no site).

Negociação na JE encaminha avanços

O Comando Estadual de Greve reuniu-se, dia 17/6, com o diretor-geral do TRE, Antônio Augusto Portinho da Cunha. Segundo ele, a intenção da administração é fazer um acordo que seja positivo para ambas as partes. O Comando informou que a intenção da categoria também é avançar e, para isso, seria importante que a compensação fosse feita em relação ao trabalho represado. Antônio Augusto mostrou que há disposição de negociar nesse sentido.

A administração se mostrou aberta ao diálogo, com respeito ao direito de greve e se propondo a negociar um acordo que aponte para um efetivo avanço na garantia do exercício do direito de greve na Justiça Eleitoral do Rio Grande do Sul.

Até a finalização desta edição, o acordo ainda não havia sido assinado. Estavam marcadas assembleias de base e assembleia geral, para o dia 26/6, para os colegas discutirem esse assunto.

TRF e JF diferem na compensação

No dia 17/6, o Comando Estadual de Greve reuniu-se com o diretor do Foro da Seção Judiciária, juiz federal José Francisco Spizzirri, pela manhã, e com o DG do TRF, Luiz Izidoro Zorzo, à tarde, para tratar da compensação dos dias parados na greve. No primeiro caso, embora o juiz reconheça a justiça da pauta e a importância da greve, não aceitou negociar. Ele determinou que a compensação, na área administrativa, irá se dar hora a hora, sendo que 6 horas compensadas equivalerão a um dia de trabalho. No entanto, as subseções judiciárias terão autonomia para elaborar o plano de recuperação do trabalho.

No TRF, a negociação foi satisfatória. O DG se disse satisfeito com a forma dialogada como se desenvolveu a greve. Houve acordo quanto à compensação do trabalho represado no período da greve, em um prazo máximo de 30 dias. Cada unidade terá autonomia para organizar as formas de compensação.

PARTICIPAÇÃO

Interior foi fundamental p

Fotos Arquivo Sintrajufe/RS



1ª VF Cachoeira do Sul



JT Santa Rosa



JT Bento Gonçalves



JF Santa Cruz do Sul



JT Canoas



JT Taquara entrega carta contra PEC 59 à Justiça Estadual



JF de Erechim



JT Santa Vitória do Palmar



JF e JE Novo Hamburgo



JF Gravataí



Arrastão na JE Pelotas



JF Bento Gonçalves



JF Santa Maria

Para a força do movimento



JT Osório

Desde o início da greve, em 15/5, os colegas do interior foram fundamentais para o fortalecimento da luta. Mais de 40 cidades, envolvendo os três ramos do Judiciário, juntaram-se ao movimento grevista, ajudando a barrar a PEC 59/13 e as carreiras exclusivas e a tornar mais forte a campanha pela reposição salarial.



JT Pelotas



JT Sapiranga



JT Santo Ângelo



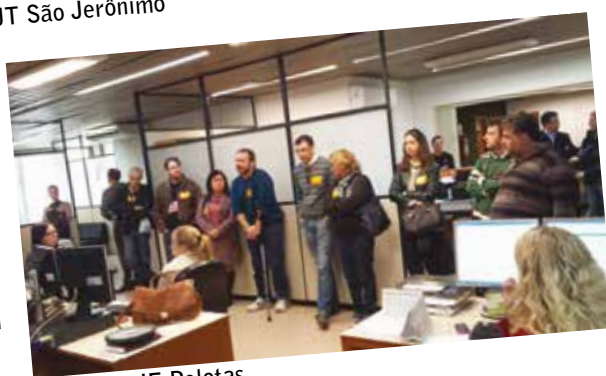
JT e JF Novo Hamburgo



JT São Jerônimo



JT Cachoeira do Sul



Arrastão JF Pelotas



JT Erechim

PROTAGONISMO

Ações provocadas pelo estado repercutiram diretamente nos resultados do movimento

Greve histórica no RS é referência nacional

Nesta greve, que já entrou para a história da categoria, o Rio Grande do Sul assumiu posição de protagonismo, encabeçando atividades e iniciativas que se mostraram fundamentais aos avanços já obtidos. Ainda em 2013, o Sintrajufe/RS mostrou preocupação com os perigos da PEC 59/13, tendo acompanhado a votação da então PEC 190/07. Depois da derrota na Câmara, o sindicato procurou senadores gaúchos e de outros estados, buscando apoio contra o desmanche da carreira.

Joana Darc de Melo / Fenajufe



Caravana do RS acompanha sessão do CNJ que votou nota técnica

Na luta contra a PEC e as carreiras exclusivas, o Sintrajufe/RS encampou o abaixo-assinado distribuído para todos os ramos, em todo o es-

tado, o que resultou na coleta de cerca de 4 mil assinaturas. O sindicato solicitou, ainda, que as administrações se manifestassem publicamente contra as propostas de retirada de direitos. O resultado foi a assinatura de um ofício conjunto pelos presidentes dos cinco TRFs do país contra as carreiras exclusivas, de ofício no mesmo sentido da então presidente do TRE-RS e de ofício da presidente do TRT contra a PEC e as carreiras exclusivas, encaminhado

aos chefes dos Três Poderes. Todos os desembargadores do TRT enviaram aos senadores manifestação contundente contra a PEC.

Em 23/5, o sindicato en-



Rosane Vargas

Assembleias gerais lotadas foram marcas da greve

tregou cópias dos ofícios e dos abaixo-assinados à ministra do STF Cármen Lúcia, em reunião em Porto Alegre, solicitando que ela encaminhasse a pauta ao colegiado. Também na defesa da carreira, o sindicato conseguiu o apoio da Amatra IV, que enviou ofício ao CNJ solicitando a inclusão da nota técnica na sessão do dia 16/6, quando foi votada e aprovada por unanimidade.

O sindicato fez, ainda, panfleteação de carta aberta aos servidores do Judiciário Estadual, tratando dos malefícios que a PEC traria a todos. O documento foi reproduzido pela Fenajufe.

A luta salarial não foi esquecida. Na vinda da presidente Dilma Rousseff ao

RS, mesmo com frio e chuva, foi realizado um ato público, que fez com que um assessor da Secretaria-Geral da Presidência recebesse os servidores.

As caravanas foram fundamentais para o trabalho de convencimento em Brasília, e o RS foi o estado que mais enviou colegas à capital federal. Com o respaldo da greve, os colegas pressionaram o CNJ na votação da nota técnica contra a PEC 59/13 e o STF para o envio do substitutivo que trata da revisão salarial. Também fizeram um trabalho de convencimento junto a parlamentares, fazendo com que vários mudassem de posição quanto à PEC.

CUT ausente na greve

A greve, aprovada por unanimidade na reunião ampliada da Fenajufe do dia 20/3, infelizmente não contou com a participação de muitos estados. Foi levada adiante e conquistou vitórias com o esforço de cinco estados: Rio Grande do Sul, Bahia, Mato Grosso, São Paulo e Alagoas. As dificuldades foram várias, mesmo onde a greve aconteceu. Houve estados onde as direções sindicais chama-

ram à construção da greve e acabaram não conseguindo. No entanto, há um dado objetivo: não houve greve em nenhum dos estados cujas direções sindicais são ligadas à CUT. Em alguns desses locais, ao contrário, dirigentes sindicais criticaram e zombaram da greve onde ela existia.

Para que nossas pautas avancem, é preciso disposição para defender a categoria, e essa foi a prática nos cinco estados

que aderiram à greve e em outros que, das mais diversas formas, buscaram se mobilizar. Em agosto, na segunda etapa da luta, será importante que todos estejam focados na construção da greve, que se mostrou eficaz e nos colocou em condições efetivas de barrar a PEC 59 e avançar na luta por reposição salarial – única maneira de barrar a fragmentação da carreira, uma ameaça das carreiras exclusivas.

Indicativo é de retomar greve em 5/8, para garantir reajuste e barrar carreiras exclusivas

A luta pela reposição não pode parar

A grande mobilização construída no Rio Grande do Sul, com protagonismo no movimento nacional, não se resume à luta contra a PEC 59/13 e em defesa da carreira, ameaçada por esse projeto. Outra reivindicação que levou os servidores à mobilização foi a reposição salarial, uma pauta que precisa avançar para que possamos tornar efetivas as conquistas alcançadas durante o mês em que estivemos em greve. Além disso, apenas a valorização salarial para toda a categoria será capaz de derrotar, definitivamente, as propostas de carreiras exclusivas para os tribunais superiores, que visam à fragmentação do Judiciário Federal, com a criação de privilégios, e que ameaçam a isonomia.

Sem reajustes salariais desde o PCS-3, aprovado em 2006, os servidores do Judiciário Federal já acumulam perdas salariais superiores a 41%. No início de junho, as previsões de recursos para a implantação do projeto salarial em 2015 foram incluídas na proposta orçamentária do Judiciário encaminhada

à Secretaria de Orçamento e Finanças, do Ministério do Planejamento pelo Supremo Tribunal Federal. O relator do PL 6.613/09, deputado João Dado (SDD-SP), comprometeu-se, com a Fenajufe, a apresentar seu parecer na Comissão de Finanças ainda no mês de junho.

A inclusão da previsão de recursos na proposta orçamentária foi uma importante conquista da greve e mostrou a força da categoria quando atua de forma coesa e decidida. Embora seja um passo importante, esse avanço não assegura a conquista da reposição salarial, tão urgente para todos nós. Esse contexto abre novo desafio na luta pela recomposição salarial: impedir que o governo Dilma Rousseff volte a barrar o reajuste, interferindo no orçamento do Judiciário. Nos últimos anos, infelizmente, essa tem sido a rotina.

A luta em defesa da carreira precisa continuar e, por esse motivo, a categoria aprovou, na assembleia do dia 16/6, o indicativo de retomada da greve em 5/8. Mesmo com a suspensão da greve, é necessá-

Alexandre Haubrich



Abaixo de chuva, categoria exige que Dilma negocie

Fotos Rosane Vargas



Caminhada na Av. Praia de Belas até o TRT, para realização de ato

rio manter a mobilização até o fim do recesso parlamentar, que se encerra em 31/7, voltando a cruzar os braços em agosto, quando se dará o debate orçamentário. A categoria precisa seguir atenta, unida e organizada para que a pressão continue, tanto em

relação ao Executivo quanto no Judiciário, de forma a finalmente conquistar a reposição salarial. Em agosto, vamos precisar voltar com força total à greve, para garantir a reposição e enterrar de uma vez por todas as propostas de carreiras exclusivas.



Ato público em frente ao TRE Duque parou o trânsito

Mobilização continua

Assembleia geral do dia 16/6 aprovou um calendário de mobilização, para que a categoria continue a pressão.

- 5/7 – ato público no TRE (prazo final de registro das candidaturas)
- 24/7 – paralisação de 24 horas
- 31/7 – paralisação de 24 horas
- 5/8 – indicativo de retomada da greve



Passo a passo rumo à vitória

3 de outubro de 2013



Dois dias nacionais contra perdas salariais: na retomada da mobilização no estado, o Judiciário Federal do RS faz o maior ato do país. No sentido nacional, a categoria conquista o reconhecimento.

30 de outubro de 2013

PEC 190/07 é aprovada na Câmara. Sintrajufe/RS é o único sindicato a enviar representante para acompanhar a sessão e dá início a contatos com senadores para reverter a tentativa de desmanche da categoria.

22 de janeiro de 2014



Lançamento, nos estados, da campanha salarial unificada. O Fórum Gaúcho dos SPFs, integrado, entre outros, pelo Sintrajufe/RS, faz ações com distribuição de faixas em áreas estratégicas, entrevistas, tavolêria e palestra sobre dívida pública.

Fevereiro e março de 2014



Plata unificada dos SPFs é entregue ao Ministério do Planejamento e Gestão. O RS participa do dia nacional de mobilização, com paralisações e atos na capital do interior.

2 de abril de 2014



Ato em frente ao STF contra as carreiras exclusivas e pela abertura de mesa de negociação. No dia 9, Judiciário Federal faz paralisação e realiza, em Porto Alegre, grande ato unificado com SPFs e servidores estaduais. No dia 29, categoria faz paralisações de 24 horas.

6 e 9 de maio



No dia 6, o Sintrajufe/RS promove ato histórico no TRF em defesa da carreira. Logo após, recebe copia dos ofícios em que os presidentes dos cinco TRFs do país se manifestam contra as carreiras exclusivas. No dia 9, assembleia geral aprova greve por tempo indeterminado a partir do dia 15.

14 de maio

Primeira reunião da mesa de negociação do STF instaurada por pressão da categoria.

15 de maio



Começa a greve contra o desmanche da carreira e o atropelo salarial: a categoria faz um grande ato público, que reúne cerca de 500 servidores em frente ao TRF, com entrega de abaixo-assinados contra o desmanche da carreira à presidente da tribunal em exercício.

23 de maio



Sintrajufe/RS reúne-se com a ministra do STF Carmen Lúcia e solicita um posicionamento contrário à PEC 59/13 e às carreiras exclusivas.

28 de maio



Mais uma vitória da mobilização: todos os desempregados do TRF assinam ofício contra a PEC 59, enviado aos senadores. Grande ato da greve traz para Dútil de Caxias e promove apagação no TRF.

2 de junho



Sintrajufe/RS realiza ação denunciando o desmanche da carreira.

4 de junho



Vitória da mobilização: CNJ já tem pronta minuta da nota técnica pela rejeição da PEC 59/13. Informação foi obtida pela caravana de servidores que estava em Brasília.

6 de junho



Em visita de Dilma ao estado, servidores cobram negociação e são recebidos pela Secretária-Geral da Presidência.

16 de junho



Vitória da greve: nota técnica pela rejeição da PEC 59/13 é aprovada por unanimidade no CNJ. Servidores fizeram vigília durante o dia na Vt. Assembleia aprova encerramento da greve no RS e novo calendário de mobilizações, com indícios de continuidade da greve em 5/8.

A BATALHA CONTINUA!

Confira o calendário de mobilização na pág. 7.